

**Ata da 14ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, ocorrida em 07/04/04, 4ª feira, 15:00 horas na sala de reuniões do 2º andar do Ministério da Ciência e Tecnologia**

O Secretário Executivo da Comissão Interministerial, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez abriu os trabalhos, saudando os presentes, comunicando que o Ministro Eduardo Campos e Secretário Cylon Gonçalves da Silva não poderiam comparecer à reunião, pois haviam sido convocados ao Palácio do Planalto para uma reunião.

**1. Aprovação da Ata da 13ª reunião da Comissão Interministerial**

O Dr. Miguez apresentou os principais pontos constantes da ata. Não havendo comentários dos membros presentes a ata foi considerada aprovada.

**2. Necessidade de Alteração de Composição da Comissão Interministerial em função da modificação da estrutura de Ministérios e de suas atribuições**

O Dr. Miguez observou que desde a criação da Comissão em 1999 foram criados novos ministérios, tendo outros já sido extintos, e que a inclusão deste item na agenda tinha como objetivo consultar sobre a oportunidade de alteração da composição da Comissão com a republicação do decreto de sua constituição. Lembrou que a idéia básica que norteou a seleção dos Ministérios tinha sido a responsabilidade sobre áreas setoriais importantes quanto à emissão de gases de efeito estufa bem como a participação nas negociações internacionais ou a coordenação interna do trabalho no Brasil. Ressaltou, em particular, a importância de agregar a participação do Ministério das Cidades que tem função importante na questão de aterros sanitários.

Convidou os membros da Comissão para que sugerissem outras possíveis inclusões de ministérios. A Secretária Marijane Vieira Lisboa, representante do MMA sugeriu que fosse feita consulta também ao Ministério do Desenvolvimento Social que estava envolvido também na questão de aterros sanitários em conjunto com o Ministério das Cidades e o Ministério do Meio Ambiente.

Ficou acordado que a Secretaria Executiva consultaria os Ministérios mencionados sobre o interesse de participação, e que em função das respostas a Comissão deliberaria na próxima reunião sobre a alteração de sua composição com a emissão de novo decreto.

A Sra. Ieda Maria Neiva Rizzo, representante do Ministérios dos Transportes observou a necessidade de solicitar que os representantes indicados pelos ministérios tivessem o perfil necessário para acompanhar as discussões da Comissão.

O Sr. Flávio Sottomayor Santo Jr. , representante do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, ressaltou a necessidade de capacitação dos membros da Comissão e disseminação do conhecimento nos ministérios. Lembrou a oportunidade do Seminário de Capacitação sobre Mudança do Clima realizado no dia 18 de março no MPO.

Seguiu-se amplo debate sobre as melhores formas de aumentar a capacitação dos membros da Comissão e dos técnicos dos Ministérios que atuarão nessa área, sendo ressaltada a necessidade de prosseguir com as iniciativas de capacitação, mas que essa capacitação tinha que ser direcionada para as pessoas que de fato iriam lidar com o problema. Observou-se também a necessidade de que os Ministérios responsáveis por um setor específico aprofundassem o conhecimento da

questão de Mudança do Clima na sua área, inclusive para poder atender a demanda de análise de projetos que serão submetidos à Comissão.

### **3. Necessidade de Alteração e/ou Complementação da Resolução nº 1 da Comissão em Análise de Projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto, em função da experiência de sua aplicação e dos procedimentos estabelecidos pelo Comitê Executivo do MDL**

Nesse item foi lembrado que, em função do aumento da submissão de projetos e da experiência de aplicação da Resolução nº 1, tem sido sentida a necessidade de uma melhor explicação em alguns pontos da Resolução. O Dr. Miguez observou que tem havido muitas dúvidas quanto a exigência de documentação e que a Secretaria Executiva estava elaborando um guia de orientação para submissão de projetos. Oportunamente a Comissão teria que examinar se esse guia seria suficiente ou se seria necessária a emissão de uma nova Resolução.

Lembrou, como pontos importantes identificados, uma maior precisão dos órgãos ambientais a serem convidados a se pronunciar sobre o projeto, a necessidade da metodologia do projeto já ter sido aprovada pelo Conselho Executivo para que o projeto possa ser submetido à Comissão e a necessidade de esclarecer a necessidade da documentação estar completa para que o prazo de tramitação na Comissão seja considerado.

A Secretária Marijane observou que a experiência no IBAMA de recebimento de projetos com documentação incompleta tem causado muitos problemas sendo o órgão acusado de processar lentamente as solicitações. Concordou portanto com o procedimento de só aceitar a submissão de projetos com a documentação completa, e sugeriu a interrupção do tempo de tramitação caso fosse constatada falha na documentação.

### **4. Definição de Grupo Ad-Hoc de especialistas para análise da contribuição para o desenvolvimento sustentável dos Projetos de MDL**

Nesse item foi reiterada a necessidade dos Ministérios membros da Comissão indicarem especialistas para participar na análise dos projetos que estavam sendo submetidos à Comissão. O Dr. Miguez observou que até o momento os pareceres estavam sendo emitidos por técnicos do MCT, mas com o aumento do número de projetos seria necessária a participação de um número maior de especialistas.

A Secretária Marijane lembrou a necessidade de assegurar que não haja conflito de interesse do especialista responsável pelo parecer de um projeto. O Dr. Miguez concordou, informando que no Conselho Executivo do MDL essa questão é considerada, tendo o especialista que necessariamente declarar não ter envolvimento com o projeto em análise.

### **5. Discussão do modelo de Carta de Aprovação para os projetos de MDL no Brasil**

O Dr. Miguez apresentou minutas de Carta de Aprovação em inglês e português preparadas pela Secretaria Executiva com base nas discussões anteriores. Apresentou os principais pontos incluídos na carta, comentando a necessidade de disponibilizar na página da Comissão a documentação do projeto de forma a evitar que essa documentação fosse modificada depois da emissão da carta de aprovação.

A Secretária Marijane levantou a questão da utilização da carta para projetos fora do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, e que talvez a redação do Parágrafo 4 impedisse essa utilização.

O Conselheiro André Corrêa do Lago observou que a redação poderia ser alterada, mantendo a condição de entrada em vigor do Protocolo para projetos MDL, sem no entanto dizer que a carta é válida apenas para o Protocolo de Quioto. No entanto, era importante que especificamente para o MDL essa condição fosse mantida.

O Dr. Miguez concordou que a redação poderia ser modificada mas observou que a Comissão Interministerial só tem mandato para aprovar projetos no âmbito do Protocolo de Quioto. Lembrou que projetos de MDL passam por três instâncias de aprovação sendo validados por uma Entidade Operacional Designada pelo Conselho Executivo do MDL quanto à sua conformidade em relação à regulamentação do MDL e sua adicionalidade e aprovados pelo país quanto a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Observou não saber como seria feita a análise de outros projetos que não passassem por esse processo.

O Conselheiro André Corrêa do Lago concordou que um projeto fora do Protocolo de Quioto não necessitaria solicitar aprovação do governo mas que por outro lado a aprovação do projeto não obrigava o seu proponente a registrá-lo como projeto de MDL no Conselho Executivo. Sugeriu portanto que a análise do projeto pela Comissão fosse sempre feita no contexto do Protocolo de Quioto, verificando todas as exigências para que o projeto se enquadre no MDL, mas que a redação da carta não impedisse explicitamente a sua utilização fora desse contexto, sugerindo uma redação alternativa.

Os membros da Comissão concordaram com a sugestão, ficando a Secretaria Executiva de realizar as alterações nos textos em inglês e português.

O Sr. André Ramon Silva Martins, representante do MME observou que uma forma alternativa de evitar a alteração da documentação do projeto seria o seu registro em cartório.

O Dr. Miguez observou que seria uma possibilidade, mas que disponibilizar na Internet a documentação aprovada possibilitaria também a verificação rápida por todas as partes envolvidas de uma eventual alteração da documentação enviada para registro.

## **6. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão.**

- **NovaGerar - Projeto de Combustão de Metano em Aterro Sanitário**
- **Vega Bahia – Projeto de Gás de Aterro de Salvador, Bahia**

O Dr. Miguez observou que os dois projetos haviam sido resubmetidos devido à incorreções na documentação e que portanto que o prazo de tramitação de fato estaria sendo contado a partir dessa reunião, mas que por outro lado havia o interesse de que os projetos fossem logo aprovados. Mencionou que a nova documentação não alterava as características dos projetos e que o parecer feito pela Secretaria Executiva era que eles teriam contribuição ao desenvolvimento sustentável. Consultou portanto sobre a possibilidade de discutir a aprovação dos projetos imediatamente.

A Secretária Marijane observou que por dificuldades na comunicação por correio eletrônico, apenas no dia anterior o MMA havia recebido a documentação e que não seria possível aprovar os

projetos sem um exame mais cuidadoso da documentação. Observou não ser necessário um prazo de 60 dias mas sim um prazo de duas semanas.

O Dr. Newton Paciornik, representante do MCT, observou que a tinha um maior conhecimento dos projetos pois eles foram analisados pela equipe da Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima do MCT e que as exigências tinham sido apenas de formato de documentação e que portanto os projetos que estavam sendo resubmetidos eram basicamente os mesmos submetidos anteriormente. Não tinha, portanto, nenhuma dificuldade em aprovar os projetos porque sua visão é que o projeto contribui para o desenvolvimento sustentável e a validação que foi feita pela entidade operacional garante que as questões técnicas foram consideradas.

O Conselheiro André Corrêa do Lago manifestou-se favoravelmente a considerar um prazo maior para a análise dos projetos pelo MMA, sugerindo a realização de uma reunião extraordinária consideração dos projetos e aprovação do texto definitivo da Carta de Aprovação, sem a necessidade de esperar a próxima reunião ordinária.

O Dr Miguez concordou com a sugestão, e com a concordância dos outros membros, foi marcada uma reunião extraordinária no dia 20 de abril de 2004.

Nesse momento a reunião passou a contar com a presença do Prof. Cylon Gonçalves da Silva, Secretário de Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCT.

## **7. Discussão sobre a oportunidade de assinatura de Memorandos de Entendimento propostos por diversos países(Alemanha, Áustria, Canadá, Itália e França) sobre Mudança do Clima e Projetos de MDL**

O Conselheiro André Corrêa do Lago expôs o assunto indicando que o governo brasileiro tem sido consultado por diversos países com a intenção de assinatura de memorandos de entendimento na área de mudança do clima, com a intenção de estabelecer um marco dentro do qual pudessem ser discutidos projetos não necessariamente no contexto do Protocolo de Quioto. Observou que cada um desses países estava propondo um memorando de entendimento diferente. Demonstrou preocupação com o fato desses memorandos estarem sendo propostos a vários ministérios sendo uns enviados para o Ministério de Ciência e Tecnologia, outros para o Ministério do Meio Ambiente e para o Ministério das Relações Exteriores. Citou também que alguns memorandos englobam outros temas de meio ambiente. Observou que o MRE já havia proposto anteriormente que esses memorandos fossem assinados formalmente com o MRE que coordenaria o assunto com os outros ministérios.

Seguiu-se amplo debate sobre a oportunidade de assinar esses Memorandos de Entendimento, o escopo e conteúdo dos mesmos e o real interesse dos outros países. Discutiu-se também se eles deveriam ter um formato padrão.

O Conselheiro André Corrêa do Lago comprometeu-se a conversar com as embaixadas de forma a consolidar o entendimento sobre esses memorandos e solicitou que sugestões sobre os termos desses possíveis memorandos fossem enviadas para o Secretário Marco Túlio no MRE ([mcabral@mre.gov.br](mailto:mcabral@mre.gov.br)).

Ficou acordado o prazo de duas semanas para o envio dessas sugestões.

## **8. Outros assuntos**

O Dr. Miguez relatou a realização do Seminário de Capacitação sobre Mudança do Clima, realizado no dia 18 de março de 2004 no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com objetivo de iniciar um programa de capacitação das equipes dos ministérios integrantes da Comissão.

Relatou também a realização de reunião sobre os resultados da COP9, como solicitado pelo Dr. Cláudio Langone do MMA na última reunião da Comissão. A reunião foi no dia 17 de março de 2003, no Itamaraty, e foi coordenada pelo ministro Everton Vargas. Observou que a reunião teve uma participação bastante representativa de Organizações Não Governamentais e tinha sido muito interessante.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Prof. Cylon Gonçalves da Silva encerrou a reunião.